

Artigo Seleccionado

Uma Abordagem Multilateral para um Instrumento Sub-regional: Chile e o Mercosul (1996-2008)*Cristián Garay Vera***1 INTRODUÇÃO**

A adesão do Chile ao MERCOSUL no mês de junho de 1996, na qualidade de associado, não encerrou, pelo contrário, abriu uma nova etapa de coordenação regional na área. Um exame imparcial demonstra que, na perspectiva chilena, o objetivo de constituir um livre mercado ficou atrasado porque, além de não se ter as prerrogativas de sócio pleno (condição dada aos fundadores), a adesão ficou reduzida a alguns aspectos julgados incongruentes pelo modelo econômico chileno, com as disposições protecionistas da Argentina e Brasil, seus altos impostos e o gerenciamento mais discricionário de decisões econômicas. No entanto, diante desta decisão, a posição da chancelaria foi persistir na união do MERCOSUL, mas sem aprofundar-se no aspecto comercial. Qual é então a incógnita?

O MERCOSUL se transformou perceptivelmente, para a chancelaria chilena, no principal espaço de diálogo político latino-americano e no meio para se avançar nas relações bilaterais com alguns estados da região. Foi, no âmbito do MERCOSUL, onde se deram os maiores avanços com a Argentina em áreas que não são da natureza explícita do acordo, como as questões de segurança e defesa. Do mesmo modo, os acordos do instrumento de integração fizeram avançar as disposições relativas ao livre trânsito de pessoas, não só de mercadorias, embora esteja longe de criar um mercado de trabalho único, como o já pensado em imitação ao da União Européia (UE).

Uma explicação, dentro da teoria das relações internacionais, foi a de que o

MERCOSUL representa o exercício do “novo inter-governamentalismo”, o qual sustenta que os instrumentos e mecanismos de integração avançam mais ou menos, quanto as áreas que os governos negociam sejam menos ou mais sensíveis ao “núcleo duro” de sua sobrevivência como tais. No novo “inter-governamentalismo”, as disposições ou zonas mais inócuas para os estados ganham terreno em avanços concretos, enquanto aquelas que expressam soberania e vontade de poder são postergadas. Talvez a única observação que se tenha a fazer é que enquanto na Europa Ocidental o militar é uma dimensão ativa do poder, nos países da América do Sul se trata de uma dimensão submissa numa compreensão mais problemática das relações civis - militares e de um instrumento castrense “não ameaçador”, mais disposto a medidas de confiança mútua e tarefas transnacionais com nações unidas.

Num cenário como o sul-americano, dominado pela idéia da preeminência estatal, isto não é fora do comum. Os maiores avanços não têm sido fruto das disposições multinacionais, se não de entendimentos bilaterais de governo a governo, os quais foram possibilitados pelo ambiente de paz e estabilidade regional do MERCOSUL. Assim tem sido entre o Brasil e a Argentina, e, ainda mais surpreendente (sabida a história de desencontros e a “quase guerra” de 1978), entre o Chile e a Argentina.

2 UM ACORDO ENTRE OUTROS

A visão chilena teve um longo tempo para estabilizar-se em torno de uma perspectiva das

1- Doutor em Estudos Americanos pela Universidade de Santiago do Chile (USACH). Professor do Instituto de Estudos Avançados e do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Academia de Guerra do Exército do Chile. O autor tem escrito vários livros e mais de 60 artigos acadêmicos na Bolívia, Argentina, Espanha, Chile, Estados Unidos e Hungria. Entre esses, “A Política de Defesa Nacional no MERCOSUL e Associados. História, processos, tendências 1990-2000”, Universidade de Santiago do Chile, 2003. Correio eletrônico: cgaray@usach.cl O autor agradece expressamente a cooperação, tradução e discussão acadêmica e intelectual proporcionados pelo Coronel RODOLFO PARDOW SAAVEDRA (Exército do Chile) para este artigo.

2- Para uma melhor compreensão, ver SALOMON, Mónica. “La PESC y las teorías de la integración europea: las aportaciones de los ‘nuevos intergubernamentalismos’”, *Afers Internacionals*, 1999. n° 45-46, pp. 197-221.

suas relações com o mundo. Durante a redemocratização (1990-2008) se aceitou e se assimilou o preceito cunhado durante o regime militar, de que um sistema neoliberal voltado para o exterior era a estratégia competitiva para galgar o desenvolvimento e ser viável no mercado global.

Em parte, esta opção foi aceita pela iminência (1988-89) e logo pela consolidação da globalização. Mas esta estratégia de globalização para o Chile significou, também, outros aspectos, tais como: diversificar sua exportação, em cifras que beiram entre 20 e mais de 30 %, para quatro grandes áreas: América latina (com a coluna vertebral no MERCOSUL), o NAFTA, a União Européia (EU) e Ásia-pacífico. Destas, a que apresenta maior dinamismo é a bacia do pacífico.

O Chile está obrigado a isso. Seu espaço geográfico continental sul-americano não só é reduzido (em redor de 700.000 quilômetros quadrados), mas também sua distribuição e densidade populacional são desiguais e baixas, respectivamente. O centro do país e as cidades (o chamado vale central) concentram toda a população: os extremos estão despovoados. As comunicações num país com largura média inferior a trezentos quilômetros e extensão muito maior completam o quadro anterior, isto é, tornam-se difíceis. Como consequência, o acesso e a conectividade são caros e em algumas regiões complexos. Em relação à população, suas taxas demográficas vêm decrescendo cada vez mais, sendo a população chilena sensivelmente inferior à do Peru e à da Argentina.

Por outro lado, os problemas estruturais da economia chilena – sua escassa profundidade³ – também justificam aprofundar-se no multilateralismo. Por exemplo, em maio de 2008 se anunciou, no informe de competitividade mundial 2008, elaborado pelo IMD da Suíça, que o Chile ocupava a 26^a colocação pelo segundo ano consecutivo entre 55 países, mas advertia-se que a economia chilena tinha piorado sua evolução, não obstante ser líder na região. Pedro Hidalgo, do

departamento de administração da faculdade de economia e negócios da Universidade do Chile, mencionava que, apesar de o Chile liderar o grupo sul-americano, não estava na primeira linha. A perda de competitividade sob os governos socialistas explicava a perda de 20 para 8 pontos diante de países mais próximos, como o Peru e a Colômbia. Isto num cenário em que a Argentina e o México subiram mais de “dois pontos entre o 2005 e 2008”. O retrocesso consiste em deixar de “pertencer ao grupo mundial para (apenas) manter a liderança na zona americana”, do qual resulta “imprescindível que o Chile aprimore enormemente sua infra-estrutura e desempenho econômico por meio de uma serie de reformas” centradas em fomentar a flexibilidade do trabalho “e possibilitar uma matriz energética confiável e diversificada, além de promover a exportação de produtos mais elaborados”. (“O Chile mantém o posto 26 no ranking de competitividade mundial, mais cai no desempenho econômico”, jornal La Segunda, Santiago do Chile, 13 de maio de 2008).

A estratégia chilena foi reiterada no mês de janeiro de 2007, durante a XXXII reunião do MERCOSUL realizada no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, a presidenta MICHELLE BACHELET JERIA propôs ao bloco regional usar o Chile como trampolim para suas relações comerciais com a Ásia-pacífico e o mundo, devido ao grande número de acordos de livre comércio assinados com esse fim. A presidenta ofereceu “aos governos e atores produtivos do MERCOSUL [...] redes de acordos comerciais, para que em conjunto com os chilenos (os sócios do MERCOSUL) tenham condições mais vantajosas nos mercados cobertos pelos mesmos, como a Ásia e Pacífico”. Nesta mesma ocasião alertou que tais acordos ainda “podem ser úteis para as empresas dos países membros do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela –, que queiram usar o Chile como plataforma de exportação para outras nações”. Entre os acordos figuram aqueles que o Chile tem com a China, Coréia do Sul, Nova Zelândia e Cingapura, e os que estão

3 - Comenta-se a respeito da pouca profundidade da economia chilena enquanto sua exígua população é incapaz de constituir um mercado interno suficientemente rentável. Considera-se uma característica estrutural de sua economia, só sanada pela reversão da produtividade e dos serviços direcionados ao exterior. De fato, a saída de capitais para países vizinhos se explica pela impossibilidade das empresas chilenas seguirem crescendo dentro do mercado mais do que já fizeram.

sendo negociados com o Japão e os membros do foro de cooperação Ásia-Pacífico (APEC). Isso se estende à outros países associados ao bloco como Peru, México, Colômbia e Equador.

Por outro lado, seus milhares de quilômetros de costa, sua vocação marítima e o auge exportador permitem atenuar esses defeitos estruturais e converter um pequeno mercado num fornecedor global. De fato, o fracasso e a desfiliação do pacto andino, em 1975, considerado como uma decisão arriscada à época, foi uma aposta bem sucedida e de valor exemplar para as elites empresarial e política chilena.

Neste conjunto, o Chile demonstrou uma indubitável vocação focada num mercado emergente como a Ásia-pacífico. A decisão foi tomada no contexto inicial do isolamento militar nos anos 80, e foi aprofundada e legitimada durante o governo do presidente civil EDUARDO FREI RUIZ-TAGLE, quando

propôs uma diplomacia comercial. Inúmeras missões dos tipos governamental e privado cruzaram o Pacífico de extremo a extremo para negociar acordos.

Atualmente, o Chile tem um impressionante numero de acordos comerciais (ver quadro N° 1). Vários deles se referem à região e ocorrem dentro dos acordos de complementação econômica (ACE). A adesão ao MERCOSUL é parcial, mas significativa economicamente para o Chile. Num primeiro momento esteve condicionada à proteção dos investimentos chilenos na Argentina e logo ao desenvolvimento de um mercado bilateral para o gás. O Chile, como país deficiente na produção de energia, tem o seu “calcanhar de Aquiles” neste aspecto, e acreditou ver sob o governo do presidente FREI RUIZ-TAGLE uma solução na aquisição do gás natural argentino, que hoje (2008) entrou em completo colapso, em virtude das reservas serem menores do que as calculadas.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO NOS QUAIS O CHILE PARTICIPA

| PAÍS OU GRUPO DE PAÍSES | TIPO DE ACORDO | DATA ASSINATURA | DATA ENTRADA EM VIGOR |
|---|----------------|-------------------------|---|
| P-4 (1) | A.A.E. | 18 de julho de 2005 | 08 de novembro de 2006 |
| União Européia (2) | A.A.E. | 18 de novembro de 2002 | 01 de fevereiro de 2003 |
| Canadá | T.L.C. | 05 de dezembro de 1996 | 05 de julho de 1997 |
| Coreia | T.L.C. | 15 de fevereiro de 2003 | 01 de abril de 2004 |
| China | T.L.C. | 18 de novembro de 2005 | 01 de outubro de 2006 |
| Costa Rica (TLC Chile - Centro América). | T.L.C. | 18 de outubro de 1999 | 14 de fevereiro de 2002 (protocolo bilateral) |
| El Salvador (TLC Chile - Centro América). | T.L.C. | 18 de outubro de 1999 | 03 de Junho de 2002 (protocolo bilateral) |
| Guatemala (TLC Chile - Centro América). | T.L.C. | 18 de outubro de 1999 | Próximo a iniciar tramitação parlamentar. |
| Honduras (TLC Chile - Centro América). | T.L.C. | 18 de outubro de 1999 | Tramitação parlamentar concluída |
| Nicarágua (TLC Chile - Centro América). | T.L.C. | 18 de outubro de 1999 | Bilateral em negociação |
| Estados Unidos da América (EUA) | T.L.C. | 06 de junho de 2003 | 01 de janeiro de 2004 |

| PAÍS OU GRUPO DE PAÍSES | TIPO DE ACORDO | DATA ASSINATURA | DATA ENTRADA EM VIGOR |
|-------------------------|--|------------------------|---------------------------------------|
| México | T.L.C. | 17 de abril de 1998 | 01 de agosto de 1999 |
| EFTA (3) | T.L.C. | 26 de junho de 2003 | 01 de dezembro de 2004 |
| Panamá | T.L.C. | 27 de junho de 2006 | 07 de março de 2008 |
| Peru | T.L.C. | 22 de agosto de 2006 | Falta concluir tramitação parlamentar |
| Colômbia | T.L.C. | 27 de novembro de 2006 | Falta concluir tramitação parlamentar |
| Equador | Acordo de complementação econômica N° 32 | 20 de dezembro de 1994 | 01 de janeiro de 1995 |
| MERCOSUL (4) | Acordo de complementação econômica N° 35 | 25 de junho de 1996 | 01 de outubro de 1996 |
| Bolívia | Acordo de complementação econômica N° 22 | 06 de abril de 1993 | 07 de julho de 1993 |
| Venezuela | Acordo de complementação econômica N° 23 | 02 de abril de 1993 | 01 de julho de 1993 |
| Índia | A.A.P. | 08 de março de 2006 | 17 de agosto de 2007 |
| Cuba | A.A.P. | 21 de agosto de 1996 | Falta tramitação parlamentar |

Quadro Nº 1 ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO NOS QUE O CHILE PARTICIPA

FONTE: Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Chile, disponível no web site: www.direcon.cl

NOTAS EXPLICATIVAS

A.A.E. A c o r d o d e associação econômica

T.L.C.- Tratado de livre comercio

A.A.P.- Acordo de alcance parcial

(1) Pacífico 4, integrado pelo Chile, Nova Zelândia, Cingapura e Brunei Darussalam.

(2) Os países membros da União Européia são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia.

Desde o 01 de maio de 2004, os dez novos países membros são: C h i p r e , Eslováquia, Eslovênia, Estónia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia e Republica Checa.

Desde janeiro de 2007, são membros: România e Bulgária.

(3) A associação européia de livre comercio (EFTA), está formada pela Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

(4) O Mercado comum do Sul (MERCOSUL) está integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O Chile participa como país associado.

3- OS ACORDOS POLÍTICOS

A relação do Chile com seus vizinhos é complexa e cheia de matizes. Com a Argentina, enfrenta um cenário estratégico amável, mas complicado devido ao descumprimento dos contratos energéticos por parte da nação transandina, e aos constantes vai-e-vem derivados dos assuntos internos da nação argentina, que às vezes repercutem justificada ou injustificadamente

no Chile. Com a Bolívia, a uma reclamação de soberania sobre o Pacífico, que impede relações diplomáticas plenas, se soma o crescente clima de instabilidade política interna, fato que, por vezes, torna importante os temas bilaterais entre os dois países. A esse respeito, especial atenção deverá se ter nos fatos que virão depois de conhecidos os resultados do referendo revocatório convocado para o dia 10 de agosto próximo na nação andina, cujo resultado poderá ter insuspeitadas conseqüências nas relações bilaterais. A evolução da situação em Beni, Pando e Sta Cruz pode acrescentar outro aspecto de conflito “interméstico”⁴ boliviano à relação bilateral, embora atualmente ainda se conduza por vias pacíficas. Finalmente, com o Peru, perduram recorrentes choques jurídicos e diplomáticos, que vão desde temas comerciais como a denominação de origem do aguardente pisco – que o Peru alega ser exclusiva – até outros tão relevantes no devir histórico de ambos os países, como se as fronteiras marítimas estão delimitadas ou não. Esse é o cenário no qual as autoridades do governo do Chile devem “navegar” no que se refere às relações com nossos países vizinhos; complexo até o ponto de, em alguns momentos, parecer que as múltiplas declarações efetuadas freqüentemente pelos agentes do governo acrescentam mais que clareza, senão uma retórica premeditada de tranqüilidade.

Faz pouco tempo, uma especialista em pesquisas de mercado comentava que o sucesso econômico chileno gerava receios no Peru, na Argentina e na Bolívia, episódio que desencadeou, neste último país, “reações xenófobas. A rádio FIDES, de propriedade da igreja católica, perguntou a seus ouvintes se eram positivas os investimentos chilenos nesse país. Cerca de 57 % deles responderam negativamente”. (Manuel Délano, “Chile o ‘novo rico’ de América, desperta o receio de seus vizinhos”, O País, Madrid, 13.05.2008)

O arco de equívocos permite explicar porque o Chile privilegiou o cenário paravizinal (Brasil, Equador, Paraguai,

4 - No campo das relações internacionais, o conceito “interméstico” refere-se à relação existente entre um problema externo e uma decisão exterior, que tem o potencial de alterar o equilíbrio político ou econômico interno, e, ainda, afetar interesses particulares no interior da sociedade de um país.

Uruguai e até Colômbia). Para criar uma certa orientação latino-americana, o governo chileno deu importância às reuniões do Grupo do Rio, às reuniões de cúpula ibero-americanas e, especialmente, ao MERCOSUL. Por outro lado, há equívocos evidentes referentes à Venezuela, os quais perduram desde o governo de FREI RUIZ-TAGLE, que reconheceu prontamente o governo golpista, até o tratamento de pouca deferência do presidente Chavez à presidenta Bachellet. Isso se estendeu à Nicarágua mas não ao Equador, país com o qual se mantém laços geopolíticos de equilíbrio.

A posição de dicotomia do Chile frente ao MERCOSUL pode se descrever no comentário que, aos dez dias de governo, a presidenta MICHELLE BACHELET fez ao jornal *La Nación* de Buenos Aires: “a dificuldade que sempre teve o Chile é que contamos com reformas econômicas. Ser membro pleno do MERCOSUL nos faria retroceder sobre essas reformas. E aquilo que não podemos fazer é deixar de avançar. Primeiro, não queremos restringir o MERCOSUL só ao tema de impostos; queremos dar-lhe um contexto mais amplo. Segundo, não podemos dar marcha atrás às reformas; temos reformas das quais ser membro pleno nos faria retroceder. Por isso é que nós empurramos a ALCA. Mas, o que o Chile quer é uma ALCA básica, na qual as condições mínimas de todos os países sejam equivalentes, e, a partir daí, seguir avançando. Uma ALCA assim permitiria a todos os países se incorporarem”. (Inês Capdevilla, BACHELET: O MERCOSUL nos faria retroceder”, *La Nación* de Argentina, 25.05.2006).

Porém, BACHELET enfatizou seu compromisso com a integração latino-americana, da qual um dos eixos é a amizade chileno-brasileira. Referindo-se à visita do Presidente LUIS INACIO LULA DA SILVA a Santiago do Chile, a mandatária chilena manifestava que: “conversamos sobre a necessidade de uma coordenação mais estreita entre o Brasil e o Chile para impulsionar a

integração sul-americana.” (Max Seitz, “LULA e BACHELET estreitam laços”, *BBC Mundo*, 27.04.2007)

Os acordos de integração incluem, ainda, pela primeira vez, gestos de confiança mútua e de cooperação militar. Na abertura da reunião de chefes militares do MERCOSUL, entre os quais estava o General peruano EDWIN DONAIRE, a presidenta disse:

Vocês estão dando um grande passo, como presidenta e – permitam-me que vista a camisa – como ex-ministra da defesa, gostaria de convidá-los a irmos um pouco mais longe, que possamos pensar juntos, os governos com suas forças armadas, em uma política de segurança e defesa comum entre um número cada vez maior de países da região.

É possível (atuar com unidade) se colocarmos acima de qualquer consideração a confiança, como conseguimos, por exemplo, quando trabalhamos por um terceiro país que está em conflito, como é o caso do nosso irmão Haiti, onde estamos atuando com um grande efetivo no terreno, muito unidos, o que tem sido muito relevante e positivo para o desenvolvimento da confiança e do trabalho conjunto entre nossas forças armadas. (“BACHELET RECIBE A CHEFES MILITARES DO MERCOSUL”, *La Nación*, Santiago de Chile, 23.04.2008).

O ânimo a favor da integração explica porque não é difícil encontrar definições taxativas a respeito da importância do MERCOSUL para o executivo chileno. Elas se centram, tal como demonstramos nas citações anteriores, na natureza política, na facilitação do diálogo político, antes que nas matérias comerciais. De todas as formas, o Chile tomou uma decisão, não explicitada plenamente, de ser um país mais relacionado com a vertente do Prata do que com a do Pacífico, onde geograficamente pertence. Alias, a denominação de “andino”, por toda a semelhança que tem com a Bolívia e o Peru, caiu em desuso, e tem uma série de significações complexas e negativas para o

5 - O sentido da frase da presidenta da República do Chile, Dra. Michelle Bachelet, nas suas declarações à imprensa, é o de impulsionar o ALCA, e não aquele que literalmente tem na língua portuguesa..

meio chileno.

Isto tem a ver com o incremento do produto interno bruto, sobretudo na “época dourada” do crescimento de 7 % (até o Presidente FREI RUIZ TAGLE), que significou uma visão pouco complacente da região. O Chile se sente chamado a jogar nas “grandes ligas”,⁶ tendo como exemplos os países e economias desenvolvidas como a Espanha e Estados Unidos, os dois casos mais admirados no Chile, o que demonstra este país como insensível à mensagem “antiimperialista”. Um país que, em suma, fez da globalização sua divisa.

4 INSISTÊNCIA REGIONAL (QUANTO PESA A RELAÇÃO ECONÔMICA COM O MERCOSUL?)

Resolver esta questão implica diretamente no foco que temos proposto. O Chile tem um peso reduzido na economia global, não obstante sua diversificação. Expressa-se em não mais de 0,4 %. O MERCOSUL não vai muito melhor nas contas, não superando os 5 %. A diferença está em que o Chile assumiu uma estratégia de diversificação que vê o MERCOSUL como um mercado imperfeito, onde, inclusive, seria “possível” a exportação de determinadas manufaturas industriais, o que não ocorre em nenhuma outra região no mundo. Por outro lado, um dado não menor, o capital chileno investido no MERCOSUL é atualmente de US\$ 20.000 milhões, incluindo, também, o Peru e a Colômbia.

É indubitável que o Chile enxerga como objetivos as novas economias da Ásia-pacífico. Mas não só a presidenta BACHELET recebe o presidente do Vietnã e viaja à China popular para promover este ponto de vista; mas também seus competidores na região fazem a mesma coisa. O que diferencia o Chile é sua estabilidade

política e financeira, a existência de regras claras e permanentes, sua alta taxa de alfabetização digital, sua eficiente gestão de serviços bancários, a certificação de suas cargas portuárias e sua compreensão do novo cenário econômico global.⁷

Uma proposição tem relação com o projeto de construir os corredores bioceânicos que ligariam o fluxo de mercadorias e importações com a Ásia. Assim, o maior atrativo para o Chile ficaria centrado neste aspecto, já que se especulou visualizá-lo como “país-porto”, ou “centro financeiro e comercial” dos dois continentes, ou seja, sempre na condição de aliança entre América do Sul e Ásia-pacífico.

É incontestável que esta proposta, que ligaria os circuitos comerciais da atual Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tem atrativo para o Chile, mas está condicionada à estabilidade da Bolívia, como eixo nevrálgico dos eixos principais. Embora existam outros corredores, mais ao norte e ao sul, aquele vinculado com o Peru enfrenta dificuldades topográficas e de infra-estrutura imensas, enquanto o segundo afiança a relação chileno-argentina, mas sem o Brasil. Neste sentido, na perspectiva da competência, a arremetida do Peru no ranking de competitividade é a maior “ameaça” para este esquema de inserção.

Sem dúvida a perspectiva de um aprofundamento do MERCOSUL é impensável para o Chile, o que não significa óbice para que tal coisa não ocorra no que diz respeito às relações profundas com os países do Prata. Há muitos aspectos nos quais esses vetores estão se materializando, como a criação de uma brigada conjunta chileno-argentina chamada “Cruz del Sur”, iniciativa que, no momento, apresenta um estado de avanço interessante, depois da recente

6 - Esta expressão coloquial se refere aos esforços, especialmente do Presidente Lagos e sua política exterior, de seguir os modelos das nações desenvolvidas como Espanha, Nova Zelândia, inclusive, Irlanda e de aspirar o modo de vida da União Européia ou os êxitos das novas economias da Ásia Pacífico. Dado que um dos problemas estruturais da economia chilena é a qualidade da educação, cada vez mais se intensificam os esforços para conhecer as experiências educacionais dessa parte do mundo, como por exemplo o êxito do ensino bilinguístico do inglês em Singapura, ou o do ensino de matemática na Coreia do Sul, onde o Chile demonstra particular imperícia, falando-se que os resultados nacionais demonstram o “analfabetismo matemático” de toda a população chilena, e não só dos estudantes.

7 - A estratégia de abertura para o exterior foi consagrada durante o governo de Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) com o desenho da chamada “diplomacia econômica”, aplicado pelo Chanceler Figueroa. Sob um ponto de vista teórico, corresponderia a uma inserção “ativa”, de um Estado “astuto” que compreende as dinâmicas da economia e do mercado global. E a retirada do poder do Estado: para isso compartilharia responsabilidades com o setor privado. Para uma meditação deste ponto de vista ver Susan Strange, *La retirada del Estado*, Icaria / Intermón Oxfam, Barcelona, 2001.

instalação permanente do estado-maior combinado, com o qual ficou garantido o trabalho concreto que permitirá no futuro operacionalizar a criação da supracitada força binacional.

5- UMAS ÚLTIMAS PALAVRAS

Acredito ter exposto que o MERCOSUL teve maior significação política que comercial. Isto significa, comercialmente falando, que ele é só um dos quatro vetores para os quais se dirige a economia exportadora do Chile. Diferente é o caso da importância política, pois o MERCOSUL dá, à chancelaria chilena, uma linguagem latino-americana que necessita com urgência. Para o Chile, o MERCOSUL, assim como outras instâncias, é a sua declaração de princípios de viver na região e ser solidário com ela. Além de lhe permite reduzir o conflito nas suas relações vicinais.

O Chile definiu um cenário multilateral onde o MERCOSUL é um instrumento a mais da sua inserção no mundo, porém com uma alta sensibilidade política. Existe uma concordância de que o MERCOSUL é o “ambiente”, o facilitador, onde é permitido criar os acordos políticos e dar um enfoque latino-americano, sobretudo nesta última etapa (2000-2008), quando se tem privilegiado o concerto internacional do chamado “ABC” (Argentina, Brasil e Chile) por sobre outros instrumentos da integração latino-americana.